

Acórdão nº 9.446/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 19.020.2014-20-TCE (C/ 02 Volumes e 04 Anexos)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer – SETUL, exercício de 2013
RESPONSÁVEIS: Senhora Ilmara Rodrigues Lima e Senhor Leonildo Rosas Rodrigues
RELATOR: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Turismo e Lazer. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Injustificado dano ao Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico. Irregularidade. Aplicação de multa. Condenação à devolução de valores.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator: 1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer – SETUL, exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade da Senhora **Ilmara Rodrigues Lima** e do Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues**, Secretários à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/1993, art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e, ainda, injustificado dano ao Erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; **2)** aplicar multa aos responsáveis, Senhora **Ilmara Rodrigues Lima** e Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues**, Secretários à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/1993, art. 89, incisos II e III, no valor de **R\$ 7.140,00** (sete mil, cento e quarenta reais), para **cada um dos Gestores**, em face de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e, ainda, ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário; **3)** condenar os gestores a **devolverem** aos cofres públicos estaduais, primeiramente, por parte da Senhora **Ilmara Rodrigues Lima**, o valor de **R\$ 45.000,00** (quarenta e cinco mil reais), em face da ausência de interesse público na celebração do Convênio nº 001/2013, e este não guardar correlação com o objetivo da proposta do Convênio, e, também, **solidariamente**, pelos gestores do período, Senhora **Ilmara Rodrigues de Lima** e Senhor **Leonildo Rosas Rodrigues** a quantia de **R\$ 103.000,00** (cento e três mil reais), por realização de despesas fora do objeto do Convênio nº 002/2013, tudo na forma do *caput* do art. 54 da Lei Complementar nº 38/93, atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos até a data do depósito; e **4)** aplicar multa acessória de **10%** (dez por

(Acórdão nº 9.446/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

cento) **sobre todo o valor a ser devolvido, por cada um dos Gestores**, com fulcro no art. 88, da LCE nº 38/93, no **prazo de 30 (trinta) dias**, após o conhecimento e publicação deste, de tudo dando ciência a este Tribunal. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do processo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 10 de março de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC